

COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ

Estudo Técnico Preliminar 6/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64279.004971/2026-99

2. Descrição da necessidade

Objeto: Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

a. O presente processo licitatório visa atender a necessidade de cocção de gêneros alimentícios mediante Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para este Grande Comando Terrestre e suas Organizações Militares Subordinadas.

b. Os principais fatores que justificam a abertura do presente processo licitatório por este Grande Comando são:

b.1. Atender às necessidades dos Serviços de Aprovisionamento em GLP, destinada à cocção de alimentos ao efetivo da OM, que consiste no preparo das refeições diárias da tropa, alimentação em adestramento de recrutas e alimentação da guarnição de serviço;

b.2. Cumprir determinação da Diretoria de Abastecimento (DAbst), contida no Plano de Descentralização de Recursos Logísticos do ano 2026.

b.3. Atender ao Plano de Contratações Anual.

c. Ressalta-se que os recursos destinados à atividade - "alimentação de pessoal", no âmbito do Exército Brasileiro, são descentralizados em quadrimestres, obrigando a realização de aquisições em épocas variadas, conforme disponibilização de recursos por parte do Governo Federal.

d. Em cumprimento ao disposto no Inciso III, do art. 40, da Lei no 14.133/2021 – a metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos máximos e mínimos estimados adotou os seguintes parâmetros:

d.1. Os níveis de suprimentos são definidos pelo Estado Maior do Exército – EME (art. 46, do Boletim do Exército, no 52, de 24/12/2020 - NARABST), levando em consideração os seguintes fatores:

- Disponibilidade de recursos;
- Efetivos médios apoiados;
- Consumo médio mensal observado;
- Grau de perecibilidade do suprimento;
- Dotações estabelecidas pelo EME, dentre outros fatores. (art. 47, do Boletim do Exército, no 52, de 24/12/2020 – NARABST).

e. Considerando, ainda, o efetivo-base (efetivo consolidado das OM apoiadas), a quantidade tabelar de cada artigo, o Fator de Consumo mensal da OM e o Fator de Suprimento mensal, foi calculada a necessidade dos artigos para um período de 12 (doze) meses. A quantidade máxima a ser fornecida corresponde a uma majoração de 25% do total demandado pelas Organizações Militares da Guarnição Rio de Janeiro, tendo em vista as diversas Operações que transcorrem durante o ano. A quantidade mínima a ser fornecida foi calculada com base em 01 (um) mês de consumo mensal.

f. A contratação pretendida visa suprir a necessidade imediata desta OM, evitando o desabastecimento.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Escalão Logístico	MARCO AURÉLIO KÜSTER DE PAULA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A pretendida aquisição envolve bens considerados comuns por possuírem padrão de qualidade definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado nos termos do art. 6, XIII, da Lei 14.133/2021.

As descrições detalhadas dos itens demandados estão presentes no Termo de Referência.

- Da Garantia da Contratação

Não haverá exigência de garantia da contratação, pelas razões abaixo justificadas:

- O oneroso valor da exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante.
- A exigência de garantia, pelo alto valor estimado, pode representar diminuição do universo de interessados restringindo, portanto, o caráter competitivo do certame.
- Por fim, será exigido para a qualificação econômico-financeira, patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação, na hipótese de apresentação de resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), a serem requisitados para fins de habilitação.

- Da Margem de Preferência

O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência prevista no Decreto no 11.890, de 22 de janeiro de 2024, que regulamentou o art. 26 da Lei no 14.133/2021, tampouco, integra a lista de produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional nas licitações realizadas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Resolução SEGES-CICS/MGI No 4, de 18 de outubro de 2024.

5. Requisitos para julgamento da proposta

Requisitos para julgamento da proposta

Sobre os critérios de sustentabilidade, o licitante deverá apresentar o Comprovante de Registro do fabricante do produto ofertado no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de Recursos Ambientais para os itens que se enquadram no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08 /2021. Tal exigência se dá após consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (8ª Ed. revista e atualizada).

O produto ofertado pelo licitante deverá estar com o Certificado de Regularidade (CR) do Fabricante/Indústria do produto ofertado no CTF.

6. Requisitos de habilitação

- Requisitos de habilitação

Para a fase de habilitação deverá ser observado o seguinte: apresentação de atestado(s) de capacidade técnica contendo comprovação de fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), envazado em botijões, no prazo de 12 (doze) meses, de no mínimo 20% (vinte) por cento, em relação a quantidade estimada.

Tal exigência, possui amparo no art. 67 da Lei 14.133/21 e Acórdão 2.924/2019 do TCU. A referida súmula prevê:

O Acórdão 2.924/2019 aponta:

“É irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo licitatório.”

A essencialidade e a complexidade da logística de suprimentos Classe I (Material de Subsistência) justificam a necessidade de comprovação de experiência mínima de fornecimento do percentual de 20%, em relação a quantidade máxima do item. Tal exigência encontra respaldo nos dispositivos supracitados, uma vez que a empresa contratada deverá possuir estrutura logística e capacidade operacional capazes de viabilizar entregas de quantidades substanciais.

Neste diapasão, a exigência de experiência comprovada no mercado é um fator de suma importância, haja vista sensibilidade e risco envolvidos no provimento de artigos de subsistência para o efetivo das OM apoiadas no âmbito do Cmdo 1ª RM.

Além disso, para a prática de atividades relacionadas a comercialização do GLP são estabelecidos requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade e a sua regulamentação. O próprio cadastramento da pessoa jurídica interessada em desenvolver a atividade requer a providência de uma série de documentos específicos.

Isto posto, para que ocorra o pleno atendimento dos critérios de qualificação técnica, serão também solicitados os seguintes documentos:

1) Indicação do local e instalações dedicadas a sua atividade e ao depósito dos produtos a serem fornecidos, acompanhada de cópia do respectivo Alvará de Funcionamento;

A exigência possui como finalidade comprovar que a licitante dispõe de estrutura operacional mínima compatível com a execução do objeto licitado.

O fornecimento de GLP envolve armazenamento de produto inflamável e perigoso, sujeito a rígidos controles administrativos, ambientais e de segurança, demandando instalações adequadas para acondicionamento, manuseio e distribuição dos recipientes. A Resolução ANP nº 958/2023 é a norma vigente que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de revenda de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) no Brasil.

2) Declaração de Ciência quanto a qualificação do motorista em curso de Movimentação de Produtos Perigosos - MOPP ou similar;

A exigência de declaração quanto à qualificação do motorista em curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP) justifica-se em razão de o GLP ser classificado como produto perigoso, submetido a normas específicas de transporte terrestre.

A Resolução ANTT nº 5.998/2022 consolidou o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, mantendo a obrigatoriedade da qualificação do motorista por meio do curso MOPP (Movimentação e Transporte de Produtos Perigosos).

Dessa forma, torna-se imprescindível que os condutores responsáveis pelo transporte do GLP possuam capacitação específica para condução de produtos perigosos, garantindo maior segurança operacional durante a execução contratual.

A exigência busca assegurar que a futura contratada observe os requisitos mínimos de segurança viária e operacional previstos na legislação de trânsito e transporte de produtos perigosos.

3) Prova de atendimento aos requisitos relativos a armazenamento mínimo de CLASSE V, previstos no art. 3º da Lei nº 4.945, de 20 de dezembro de 2006 do Rio de Janeiro;

A exigência decorre da necessidade de assegurar que a empresa possua capacidade operacional compatível com os quantitativos estimados na contratação.

O objeto licitado contempla fornecimento contínuo e em larga escala de GLP para diversas Organizações Militares da Guarnição do Rio de Janeiro, exigindo disponibilidade logística suficiente para manutenção do abastecimento regular e mitigação de riscos de descontinuidade.

A comprovação de capacidade mínima de armazenamento demonstra que a empresa possui estrutura apta a suportar oscilações de demanda, reposição tempestiva de recipientes e manutenção de estoque compatível com o volume contratado.

4) Licença Ambiental da Atividade de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos expedida pelo Órgão ambiental competente.

A Licença Ambiental estabelece procedimentos para prevenir a poluição, aplicáveis ao transporte que circula internamente no estado nos termos da Resolução INEA nº 105, de 07 de janeiro de 2015.

A exigência ambiental para atividade de transporte rodoviário de produtos perigosos justifica-se em razão de o GLP possuir elevado potencial de risco ambiental e operacional, sendo classificado como produto perigoso e inflamável.

A apresentação da licença ambiental comprova que a empresa executa a atividade em conformidade com a legislação ambiental vigente, observando medidas preventivas, protocolos de segurança e condicionantes técnicas estabelecidas pelo órgão licenciador. Sendo assim, a medida busca resguardar a Administração quanto à contratação de empresa irregular sob o ponto de vista ambiental.

5) Laudo de exigências e o certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros (exclusivo para fornecimento dos itens referentes ao GLP), conforme § 2o, art. 1o, do Decreto no 42, de 17 de dezembro de 2018 e Nota DGST 135/2018 e suas retificações emitidas pelo CBMERJ.

A exigência se justifica em razão da natureza inflamável do GLP e dos riscos inerentes ao seu armazenamento e comercialização.

O documento comprova que as instalações da empresa atendem às normas de prevenção e combate a incêndio e pânico, possuindo condições adequadas de segurança para armazenamento e manuseio de recipientes de GLP.

A exigência visa preservar a segurança das instalações militares, dos agentes públicos envolvidos na execução contratual e da coletividade, reduzindo riscos de acidentes, explosões e incêndios durante a execução do objeto.

A comprovação de regularidade perante o Corpo de Bombeiros constitui requisito indispensável para funcionamento de estabelecimentos que armazenam produtos inflamáveis.

6) Comprovante de realização da Visita de Vistoria Técnica nos Órgãos Participantes, nos termos do item 9 do Termo de Referência. A comprovação será realizada mediante apresentação dos Atestados de Vistoria Técnica (Anexo V) recebidos nos respectivos órgãos participantes OU a apresentação da Declaração quanto a não realização da Visita de Vistoria Técnica nos Órgãos Participantes, nos termos do item 09 do Termo de Referência e modelo de Declaração (Anexo VI);

A previsão de realização de vistoria técnica junto às Organizações Militares participantes do certame para aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), facultando-se ao licitante a opção de não realizá-la mediante declaração formal de pleno conhecimento das condições de execução, mostra-se medida adequada, proporcional e compatível com a Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, a vistoria técnica possui a finalidade de permitir aos licitantes o prévio conhecimento das condições reais de execução contratual, especialmente quanto:

- às peculiaridades de acesso às Organizações Militares;
- às restrições de circulação e segurança militar;
- aos locais destinados ao armazenamento dos recipientes;
- às rotinas de entrega e abastecimento;
- às condições de carga e descarga;
- às distâncias operacionais internas;
- e às especificidades estruturais de cada unidade participante.

A realização da vistoria contribui para adequada formulação das propostas, correto dimensionamento da logística de fornecimento e mitigação de riscos de inexecução contratual, reduzindo a ocorrência de atrasos, falhas operacionais e alegações posteriores de desconhecimento das condições locais.

Todavia, considerando o entendimento constante na minuta padrão de Termo de Referência da AGU, a Administração entende que a vistoria não deve possuir caráter obrigatório absoluto, sob pena de possível restrição indevida à competitividade.

Dessa forma, será facultado ao licitante optar entre:

I – realizar a vistoria técnica nos locais indicados; ou

II – apresentar declaração formal quanto a não realização de vistoria.

Tal solução harmoniza:

- a necessidade administrativa de assegurar adequada compreensão das condições de execução;
- a preservação da competitividade do certame;
- e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

A medida também se mostra compatível com as orientações apresentadas na minuta padrão de Termo de Referência da AGU, que admite a exigência de vistoria técnica desde que:

- tecnicamente justificada;
- relacionada à complexidade do objeto;
- e acompanhada da possibilidade de substituição por declaração do licitante.

Além disso, a previsão de declaração substitutiva preserva a autonomia empresarial dos licitantes que já possuam experiência anterior ou detenham conhecimento suficiente das condições operacionais, evitando deslocamentos desnecessários e ampliando o caráter competitivo do certame.

Diante do exposto, conclui-se que a previsão de vistoria técnica facultativa, com possibilidade de substituição por declaração quanto à não realização, constitui medida adequada e necessária ao adequado planejamento da contratação, promovendo maior segurança operacional e jurídica à futura execução contratual, sem comprometer a competitividade do procedimento licitatório.

- Da qualificação econômico-financeira: exigência de balanço patrimonial, demonstração do resultado e demais demonstrações dos 2 (dois) últimos exercícios sociais)

A exigência de apresentação das demonstrações contábeis relativas aos dois últimos exercícios sociais justifica-se pela necessidade de avaliar de forma mais consistente a capacidade econômico-financeira dos licitantes, tendo em vista as características do objeto a ser contratado.

A aquisição de GLP envolve fornecimento contínuo, cumprimento rigoroso de prazos de entrega, adequada capacidade logística e regularidade financeira, fatores essenciais para garantir a continuidade do abastecimento e evitar riscos de desabastecimento que possam comprometer as atividades da Administração.

A análise das demonstrações contábeis de apenas um exercício pode não refletir adequadamente a estabilidade econômico-financeira da empresa, sobretudo em um mercado sensível a variações de custos e oscilações

econômicas. A avaliação de dois exercícios consecutivos permite verificar a evolução patrimonial, a recorrência de resultados e a sustentabilidade financeira do fornecedor, reduzindo o risco de contratação de empresas com situação financeira instável ou pontual.

Tal exigência encontra respaldo no art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir balanço patrimonial e demonstrações contábeis “na forma da lei”, sem limitar a análise a apenas um exercício, desde que observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade.

Ressalta-se que a exigência não configura restrição indevida à competitividade, uma vez que se limita a documentos regularmente exigidos pela legislação societária e fiscal, acessíveis a empresas regularmente constituídas e em funcionamento, além de ser proporcional ao risco e à relevância do objeto contratado.

Dessa forma, a exigência de demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios mostra-se tecnicamente adequada, juridicamente amparada e necessária para a mitigação de riscos contratuais, contribuindo para a seleção de fornecedores com efetiva capacidade econômico-financeira e para a proteção do interesse público.

7. Levantamento de Mercado

Foi realizado, pelo Escalão Logístico de Grande Comando, um levantamento de mercado a fim de avaliar a melhor solução para o atendimento das necessidades dessa administração. O Integrante Técnico afirma que todos os itens a serem contratados são comumente encontrados no mercado e, dessa forma, não há restrições significativas com relação à quantidade, qualidade e competitividade entre fornecedores. Estes, devem entregar o produto conforme as especificações contidas nas descrições do tópico acima, Requisitos da Contratação.

Constatou-se que o mercado oferece os produtos almejados, em grande parte, pela revenda por meio de distribuidores e venda direta por parte da indústria de GLP.

O mercado de potenciais revendedores dos produtos é bastante vasto, uma vez que se tratam de bens consumidos em larga escala por restaurantes, hotéis, escolas, pessoas físicas e demais estabelecimentos comerciais.

Em complemento ao estudo, conforme o artigo 12 da Instrução Normativa nº 58 de 08 AGO 2022, foram pesquisados os "ETP de outras unidades como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração" ou novas metodologias de contratação que gerem ganhos ao Órgão. Verificou-se que nos editais das licitações consultados que há similaridade com a do objeto em comento.

8. Descrição da solução como um todo

A equipe de planejamento da contratação observou o disposto art. 40, V, (a) da Lei nº 14.133/2021, que versa sobre o Princípio da Padronização. Verificou-se o catálogo de padronização constante no PNCP, onde se identificou que os únicos itens constantes no mesmo eram: água mineral sem gás, açúcar e café.

As características dos bens a serem adquiridos se enquadram nas diretrizes constantes no Boletim Técnico Quantitativo de Rancho - QR - (BT30.410-01), 7ª Edição, do ano de 2025. Conforme item 4.44 do boletim supramencionado, os recursos de QR terão aplicação limitada a materiais de consumo e serviços como gêneros de alimentação, combustíveis e lubrificantes, material de copa e cozinha e gás e outros materiais engarrafados. Além disso, a necessidade de contratação do objeto da presente licitação fundamenta-se, consoante com os Incisos I e III, do art. 3º, do Decreto 11.462 de 2023, quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes e for conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade.

De acordo com o item 6 – Licitação – do Boletim BT 30.410-01, os Comandos de RM/GPT devem realizar os pregões de forma centralizada, para todas as OM localizadas em sua sede. Além disso, o item 6.7 do mesmo Boletim estabelece que a modalidade de licitação prevista para aquisição do QR (GLP) é o pregão, na forma eletrônica, não sendo admitida outra modalidade. Diante do exposto, esta Administração entende não se aplicar a contratação em questão o disposto no art. 10º do Decreto 11.462/2023, acerca da consulta de IRP's em andamento, haja vista obrigatoriedade deste Grande Comando em abrir processo licitatório.

Este Grande Comando, baseado no Levantamento de Mercado e, principalmente, por se tratar de contratação recorrente anual para aquisição de GLP referente às demandas da Guarnição Rio de Janeiro, concluiu que a melhor solução para o atendimento das necessidades desta Organização Militar é a aquisição dos itens por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), proporcionando maior flexibilidade e economicidade. O objetivo é estabelecer uma Ata de Registro de Preços com itens e quantidades suficientes para o atendimento das necessidades de materiais supervenientes das atividades desta Unidade a serem demandadas, de forma tempestiva e oportuna, pelo Escalão Logístico.

Justificativa para Previsão de Comodato de Botijões de GLP

A previsão de disponibilização de botijões/cilindros de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em regime de comodato mostra-se necessária e adequada ao atendimento do interesse público, considerando as peculiaridades da contratação e a natureza essencial do objeto licitado.

O fornecimento de GLP às Organizações Militares apoiadas destina-se à cocção de gêneros alimentícios empregados no preparo das refeições diárias da tropa, alimentação de militares de serviço, instrução e demais atividades administrativas e operacionais, caracterizando-se como serviço essencial e contínuo, cuja interrupção pode comprometer diretamente a capacidade operacional da Administração.

Nesse contexto, a adoção do comodato dos recipientes apresenta-se como solução mais vantajosa e eficiente para a Administração Pública, pelos seguintes fundamentos:

a) Garantia da continuidade do abastecimento

A disponibilização dos botijões pela futura contratada assegura maior eficiência logística na reposição dos recipientes, reduzindo riscos de desabastecimento e permitindo pronta substituição em caso de avarias, vencimento de requalificação ou necessidade operacional superveniente.

Além disso, considerando a existência de demandas frequentes e variações de consumo decorrentes de operações militares, ações subsidiárias, atividades de instrução e aumento eventual do efetivo apoiado, a manutenção de recipientes vinculados ao fornecedor contribui para a continuidade do fornecimento.

b) Maior segurança operacional

Os recipientes utilizados para armazenamento de GLP constituem equipamentos sujeitos a rigorosos controles técnicos e normas de segurança expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Corpo de Bombeiros Militar.

Ao permanecerem sob responsabilidade da contratada, os botijões permanecem inseridos em cadeia regular de manutenção, inspeção, requalificação e rastreabilidade, reduzindo riscos de acidentes e assegurando conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

c) Economicidade e racionalização administrativa

A aquisição definitiva de botijões pela Administração demandaria dispêndio adicional de recursos públicos, bem como custos futuros relacionados à manutenção, armazenamento, substituição, controle patrimonial e descarte dos recipientes.

O comodato, por sua vez, elimina a necessidade de incorporação patrimonial desses bens, reduz encargos administrativos e transfere à contratada os custos relacionados à manutenção e substituição dos recipientes, em consonância com os princípios da economicidade e eficiência previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Prorrogação da vigência da ARP

Em determinadas situações, pode ser tecnicamente justificável e economicamente vantajoso prorrogar a vigência da ARP, inclusive com renovação dos quantitativos registrados.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 82, trata expressamente da Ata de Registro de Preços. Destacam-se os seguintes dispositivos:

- Art. 82, § 6º – Permite que a ata tenha vigência de até 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que demonstrado o atendimento ao interesse público e as vantagens da prorrogação.
- Art. 82, § 2º – Estabelece que a existência da ata não obriga a contratação, reforçando seu caráter de expectativa de direito e de flexibilidade à Administração.

Além disso, de acordo com o art. 82, § 1º, as contratações decorrentes do registro de preços observarão as disposições do instrumento convocatório, o qual pode prever, com base em estimativas atualizadas, a necessidade de recomposição dos quantitativos.

Para o caso em tela, a prorrogação da Ata de Registro de Preços, com renovação dos quantitativos, pode ser considerada conveniente e vantajosa pelos seguintes fatores:

- A demanda das OM participantes permanecerá ativa e necessária, com risco de descontinuidade do fornecimento caso não haja nova contratação imediata;
- Possibilidade do fornecedor original manter condições de fornecimento compatíveis com o mercado, sem prejuízo à economicidade;
- Possibilidade do preço registrado permanecer vantajoso, especialmente em contextos de inflação ou escassez de insumos;
- Economia de tempo e recursos administrativos, evitando o retrabalho de instrução de novo processo licitatório; e
- Previsão em edital assegurando a legalidade do ajuste dos quantitativos.

Por fim, A prorrogação da ARP com renovação dos quantitativos registrados atende ao interesse público pelas seguintes razões:

- Continuidade do fornecimento de bens essenciais, evitando desabastecimento que poderia comprometer as atividades-fim do órgão;
- Preços mantidos vantajosos, conforme pesquisa de mercado atualizada constante nos autos;
- Possibilidade da demanda institucional ser ampliada ou mantida, decorrente de aumento de efetivo, de ações humanitárias, missões operacionais ou variações sazonais.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades mínimas e máximas dos itens a serem adquiridos estão presentes no Termo de Referência, baseadas no estudo realizado por militar da equipe técnica do Escalão Logístico do Comando da 1a Região Militar.

A cocção de gêneros alimentícios deste Grande Comando é realizado pela Base de Administração e Apoio da 1ª Região Militar. Sendo assim, o quantitativo correspondente ao Comando da 1ª RM corresponde a uma majoração de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o total demandado pelas Organizações Militares da Guarnição Rio de Janeiro, conforme exposto no item 2 (e) do presente documento.

As OM participantes do certame (UGP) relacionaram em suas respectivas estimativas de quantidade o histórico de consumo dos últimos 03 (três) anos.

Consequentemente, a inserção do histórico de consumo efetivo, exclusivamente, do Cmdo da 1ª RM (UGG) nos últimos 3 (três) anos não servirá de base de comparação com a reserva estratégica a ser estabelecida.

Mediante análise dos dados apurados dentre as Organizações Militares da Guarnição Rio de Janeiro, este Grande Comando, estima as seguintes quantidades a serem contratadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE

1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	701
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	108
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	3.744

O quantitativo consolidado, incluindo as demais Organizações Militares, segue conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 13 kg	3.506
2	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 20 kg	541
3	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em cilindros de 45 kg	18.721

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.047.609,85

O custo estimado da contratação referente a este Grande Comando é de **R\$ 1.859.951,59 (Um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e nove centavos)**. O Valor total da contratação, incluindo as demais Organizações Militares é de **R\$ 9.300.565,90 (Nove milhões, trezentos mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos.)**

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os itens desse processo licitatório serão cotados individualmente, por parcelamento, visando a ampliação da competitividade e o ganho de economia de escala, sob o respaldo do dispositivo legal expresso nos Inc. II e III, § 2º, do art. 40, da lei 14.133/21: na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados: o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado).

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há correlação desta contratação com outros processos licitatórios.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição de gêneros de QR (GLP) está alinhada ao Objetivo Organizacional OO-01 – Aprimorar a capacidade operacional da 1ª RM, Fator Crítico de Sucesso FCS 007 – Nível de disponibilidade dos recursos logísticos.

Não é descentralizado recurso para este Grande Comando utilizar com a aquisição de GLP. Todavia, esta é a OM responsável por centralizar as demandas e realizar os pregões de GLP, conforme diretriz da Diretoria de Abastecimento (DAbast) do Exército, conforme Boletim Técnico BT 30.410-01.

A contratação demandada visa atender às necessidades de fornecimento de GLP, tratando-se de composição de reserva estratégica regional para atendimento de demandas da Guarnição Rio de Janeiro. Além disso, há previsão no Plano de Contratações Anual do ano de 2026, conforme dados abaixo:

1. ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000139/2026;
2. Data de publicação no PNCP: 08/05/2025;
3. Id do item no PCA: 50;
4. Classe/Grupo: 9999 - ITENS DIVERSOS;
5. Identificador da Futura Contratação: 160298-9/2026.

14. Observância do Decreto nº 10.193/2019

Nos termos do art. 2º da Portaria ME nº 7.828 de 30 de agosto de 2022, considerando a natureza da atividade a ser contratada, a aquisição dos itens relacionados ao objeto em questão não é considerada uma atividade de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019.

15. Observância da Lei Complementar 123/2006

Não serão aplicadas a Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte em 25% (vinte e cinco) por cento nos quantitativos dos itens cuja participação é ampla (acima de R\$ 80.000,00), conforme preconizado no inciso III, art. 48, da LC no 123/2006, uma vez que o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP poderá representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, de acordo com o inciso II, do art. 10, do Decreto 8.538/2015.

No planejamento da contratação, verificou-se que a eventual fragmentação do objeto em itens exclusivos ou a instituição de cotas reservadas de até 25% poderá ocasionar:

a) risco concreto à continuidade do abastecimento, em virtude da possibilidade de múltiplos fornecedores com distintas capacidades logísticas;

A alimentação da tropa exige fornecimento ininterrupto, com entregas periódicas e sincronizadas conforme cronograma previamente estabelecido. A divisão do objeto entre múltiplos fornecedores aumenta a probabilidade de falhas parciais (inadimplemento, atrasos, problemas logísticos ou sanitários), o que pode exigir contratações emergenciais. Eventual descontinuidade atinge diretamente a rotina alimentar do efetivo, com reflexos administrativos e operacionais.

b) aumento significativo da complexidade contratual e da gestão administrativa;

A eventual reserva de cotas ou exclusividade de itens para o certame em questão implica celebração de múltiplos contratos ou atas, ampliando significativamente os encargos de gestão contratual: fiscalização simultânea, controle de

prazos distintos, gestão de penalidades, recebimentos parciais, liquidações fracionadas e acompanhamento de garantias. Tal cenário onera a estrutura administrativa, reduz a eficiência do acompanhamento e aumenta o risco de falhas de controle interno.

c) potencial elevação de preços em razão da perda de economia de escala.

A contratação integral do objeto junto a fornecedor com capacidade logística compatível tende a proporcionar melhores condições comerciais, em razão do volume global adquirido. A fragmentação pode reduzir o poder de barganha da Administração e implicar propostas com preços unitários superiores, seja pela diluição de custos logísticos, seja pela perda de escala operacional, comprometendo o princípio da vantajosidade.

d) Os botijões, vasilhames e central predial de GLP serão cedidos gratuitamente sob o regime de comodato, para fins de utilização do produto pelos Órgãos Participantes. Sendo assim, esta Administração, ficaria sujeita à riscos de ordem logística e operacional, caso tivesse que celebrar contratos de comodato e realizar empenhos com pessoas jurídicas distintas, em cada item.

16. Justificativa para adoção do SRP

Trata-se de um volume substancial de gêneros a serem adquiridos, o que impossibilita a definição prévia do quantitativo a ser demandado por esta Organização Militar. Além disso, a dificuldade de se mensurar, com precisão, o saldo de GLP a ser licitado, e consequentemente, as necessidades de alimentação da tropa em diferentes circunstâncias, torna a adoção do Sistema de Registro de Preços a opção mais viável.

Sendo assim, a necessidade de aquisição dos produtos da presente licitação encontra fundamento nos incisos I e III, do art 30, do Decreto 11.462, de 2023, quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; quando for conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade; e quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.

A adoção do SRP permitirá que as aquisições sejam realizadas em etapas, permitindo que a Contratante adquira GLP por demanda, tirando o máximo proveito dos itens contratados e proporcionando maior economia ao erário público, possibilitando o pagamento preciso da quantidade demandada, e ainda, a percepção exata da demanda por gêneros alimentícios.

17. Modalidade, Julgamento e Modo de Disputa

Compreende-se que o enquadramento legal do procedimento de contratação se dará na modalidade **pregão, na forma eletrônica**, nos termos do art. 29, da Lei 14.133/2021, por seguir rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da mesma Lei, adotando-se tal modalidade sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Ao prever, na parte final do caput do art. 56, a possibilidade de combinação dos dois modos de disputa, a Lei nº 14.133/2021 admite, por conseguinte, a estruturação de mais dois modos “combinados” de disputa: o “aberto e fechado” e o “fechado e aberto”.

Diante do potencial de otimização das vantagens para a Administração decorrente da realização de uma fase de lances para os critérios de julgamento baseados no menor dispêndio para a Administração, o §1º do art. 56 da Lei nº 14.133/2021 expressamente consigna que “a utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto”. Ou seja, quando utilizados os critérios “menor preço” ou “maior desconto”, será possível a opção pelos modos “aberto”, “aberto e fechado” e “fechado e aberto”.

A combinação entre as etapas “aberta” e “fechada” potencializa o incentivo de revelação da melhor valoração subjetiva acerca do objeto por parte dos concorrentes e o fato de haver a delimitação máxima de tempo de duração da disputa (no máximo, 30 minutos) reduz os custos de transação para a Administração. Adicionalmente, viabiliza a composição de preços dos licitantes subsequentes mais próxima da real valoração subjetiva do proponente, posto que não influenciado pelo conhecimento das demais propostas.

O julgamento das propostas será realizado de acordo com o critério de **menor preço**, com fundamento nos art. 33 e 34 da Lei 14.133/2021.

Sendo assim, com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei no 14.133, de 2021 e na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, os fornecedores serão selecionados por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO e modo de disputa ABERTO / FECHADO.

18. Condições de aquisição e pagamento

No que diz respeito as condições de aquisição e pagamento em patamares semelhantes às praticadas no setor privado, de acordo com o art. 40, inciso I, da Lei 14.133/2021, o legislador exige que a Administração busque equalizar suas compras às condições de aquisição e pagamento praticados pelo setor privado, utilizando suas opções negociais na busca pelo eficiente atendimento ao interesse público.

Em decorrência da rotina de análise do material para a verificação da conformidade do mesmo, será utilizado, o prescrito no art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022. Sendo assim, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para liquidação, contados do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente pela Administração.

Ademais, a instrução ainda prevê, no art. 7º, § 4º, que o prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, por exemplo, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado nos dez dias úteis para liquidação.

19. Da não possibilidade de adesão à ARP

A ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que expressamente previsto no edital e na ata e mediante autorização do órgão gerenciador.

Tanto a Lei nº 14.133/2021 quanto o Decreto nº 11.462/2023 atribuem ao órgão gerenciador competência discricionária, baseada em critérios técnicos e administrativos, para decidir pela concessão ou não da adesão, mesmo quando o edital e a ata prevejam essa possibilidade.

No caso específico da ARP em questão, esta Administração não autorizará adesão a ARP, pelas seguintes razões:

- Risco de comprometimento do fornecimento aos órgãos participantes: a ampliação do volume de fornecimento decorrente da adesão de terceiros pode sobrecarregar a capacidade logística e operacional do fornecedor, prejudicando a entrega pontual e integral aos órgãos que participaram do certame — especialmente quando se trata de GLP, sensíveis ao armazenamento e transporte.
- Desbalanceamento da estimativa de consumo e planejamento logístico: a adesão por órgãos não participantes pode provocar um consumo não previsto, gerando desequilíbrio contratual e possível necessidade de renegociação, além de prejuízo ao planejamento logístico cuidadosamente construído com base nas estimativas dos órgãos participantes.
- Especificidade das condições pactuadas: os produtos licitados consideram exigências específicas quanto a apresentação, prazo de validade, modo de entrega e armazenamento, voltadas à realidade das Organizações Militares. Permitir adesão ampla poderia gerar inadequação na execução contratual, além de aumentar a complexidade da fiscalização do fornecimento.
- Ausência de vantagem administrativa: não se identifica qualquer vantagem objetiva ou interesse institucional que justifique a autorização de adesão, conforme exigem a Lei nº 14.133/202 e o Decreto nº 11.462/2023.

- Preservação da eficiência e economicidade da contratação original: a negativa de adesão visa preservar o equilíbrio da ata e garantir o atendimento prioritário às unidades gestoras participantes, evitando atrasos ou descumprimentos contratuais.

20. Da restrição a participação de consórcio

Nos termos do art. 15, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, admite-se a restrição à participação de empresas reunidas em consórcio, desde que tecnicamente justificada no processo licitatório.

No caso da presente contratação, que trata da aquisição de GLP para o atendimento das Organizações Militares da Guarnição do estado do Rio de Janeiro, a vedação à participação de consórcios encontra fundamento técnico, logístico e jurídico, conforme os seguintes elementos:

- a) Natureza comum e ampla oferta no mercado: Os itens licitados (GLP) são bens de natureza comum e amplamente disponíveis no mercado, sendo ofertados por fornecedores individualmente capazes de atender aos volumes e exigências do certame, não havendo, portanto, justificativa técnica para a formação de consórcios.
- b) Exigência de uniformidade e rastreabilidade: A contratação exige o cumprimento de padrões de qualidade, segurança, transporte e acondicionamento. A atuação consorciada pode dificultar o controle de questões regulatórias, comprometendo a rastreabilidade e a fiscalização contratual.
- c) Complexidade logística da entrega fracionada e contínua: Os produtos devem ser entregues em prazos curtos, em diferentes unidades militares, exigindo capacidade logística consolidada, com responsabilidade unificada. A divisão de obrigações em consórcio pode gerar entraves operacionais e impactar negativamente a execução contratual.
- d) Riscos à responsabilização contratual: A eventual divisão de obrigações entre empresas consorciadas pode dificultar a aplicação de sanções e a responsabilização objetiva em caso de inexecução, contrariando os princípios da eficiência e da segurança jurídica.
- e) Preservação da competitividade: O mercado atual demonstra ser suficientemente competitivo com fornecedores individuais. A vedação a consórcios não compromete a concorrência nem reduz a competitividade do certame, ao passo que contribui para a adequada execução da contratação.

Dessa forma, a restrição à participação de licitantes em consórcio está tecnicamente justificada, com respaldo legal no art. 15, inciso II da Lei nº 14.133/2021, além de estar alinhada aos princípios da eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, que orientam as contratações públicas.

21. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O processo, , após concluído, terá uma Ata de Registro de Preços com os itens que, segundo o levantamento de necessidades, atenderão a demandas relativas ao Quantitativo de Rancho. Essa Ata, gerada pelo Sistema de Registro de Preços, tem, dentre outras vantagens, o "congelamento" de preços pelo período de 01 (um) ano. Espera-se também com esta contratação os seguintes benefícios:

- Atender às necessidades dos Serviços de Aproveitamento em GLP, destinado ao preparo da alimentação do efetivo das Organizações Militares vinculadas à 1ª Região Militar; e
- Obter proposta de preços de GLP mais vantajosa para a Administração dessas Organizações Militares, e contribuir para uma melhor gestão dos recursos públicos.

22. Providências a serem Adotadas

A(s) contratação(ões) pretendida(s) tem por finalidade somente a aquisição de material – Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) mediante cessão dos vasilhames / cilindros sob a modalidade de comodato. Portanto, não há quaisquer providências a serem adotadas no tocante ao treinamento de funcionários. A gestão contratual ficará a cargo do Escalão Logístico do Cmdo 1ª RM.

Em termos de espaço físico, não haverá necessidade de adequação, Organização Militar e Unidades Militares vinculadas dispõem de espaços adequados.

23. Possíveis Impactos Ambientais

A empresa contratada deverá comprovar que o(s) bem(ns) atende(m) aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável:

- a) O estabelecido no art.17 e seus Anexo VIII, da Lei nº 6.938, de 1981, em relação ao comércio de combustíveis, derivados de petróleo, produtos químicos e produtos perigos.
- b) Somente será admitida a oferta de produto cujo comerciante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 5/03/2013.
- c) Caso o Comerciante seja dispensado do registro CTF/IBAMA sobre os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

Ademais, quaisquer possibilidades de impactos ambientais é de inteira responsabilidade da(s) contratada(s).

24. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

24.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento declara viável a presente contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, e a solução encontrada atende, satisfatoriamente, às necessidades apresentadas pelo setor requisitante.

25. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIELA REINOSO DA COSTA

Adjunto da Seção de Operações de Suprimento Classe I

ANANIAS AUGUSTO DE ANDRADE

Adjunto da Seção de Aquisição, Licitações e Contratos



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 09:46:42.